

## **Crioulização em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX.**

Prof. Dr. Rodrigo Castro Rezende – Universidade Federal Fluminense/UFF-Brasil.

### Introdução

A presença africana em Minas Gerais é relatada desde o final do século XVII. Nas centúrias seguintes, sucedeu-se uma migração cada vez maior de homens e mulheres oriundos dos vários rincões do Continente negro. Parte dessa população se alforriou, construiu riquezas e, com frequência, adquiriram escravos.

Não obstante o contingente africano estivesse sempre presente em Minas Gerais, havia espaço para o surgimento de uma gama populacional negra nascida na própria Minas, que comumente eram denominados de crioulos, pardos, cabras, mulatos, mestiços e outros.

Neste artigo, investigarei a população de cor das Minas Gerais para os séculos XVIII e XIX, observando o processo de crioulização. Esse fenômeno, para esclarecer, estabelecia o crescimento vegetativo dos chamados “homens de cor”. Malgrado não se possa diretamente estabelecer o aumento endógeno desse grupo de pessoas, é possível deduzir através da quantidade de crioulos, pardos, cabras, mulatos e mestiços que aparecem na documentação para os períodos em tela.

Cabe ainda ressaltar, que tais nomenclaturas não apenas eram dadas através da ascendência de cada indivíduo, mas também pela condição social. Desse modo, ser denominado crioulo, por exemplo, tinha uma conexão muito estreita com a escravidão, ao passo que pardo, na maior parte das vezes, estava ligado às condições de forros e livres.

A partir desse aspecto, utilizo uma gama de fontes de origens variadas. Para o século XVIII, analisei as listas dos Quintos Reis, entre 1718 e 1738, encontradas no Arquivo Público Mineiro; e, para 1795, utilizei os róis de confessados de São João del Rei, localizados no Instituto Histórico Geográfico de Tiradentes. Com relação à centúria posterior, ocupei-me de pesquisar os também róis de confessados de Mariana, entre 1802 e 1821, oriundos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; há também a Lista dos Quintos Reais de 1804, que está guardada do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; e, por último, estudei os mapas populacionais para Minas Gerais, nos anos de 1831-1832, encontrados no Arquivo Público Mineiro.

A divisão temporal me permite comparar três períodos importantes da história mineira: o início da colonização (início do setecentos), o final do período colonial, quando a Coroa portuguesa aporta no Rio de Janeiro em 1802, e os anos pós-Lei Feijó, que, entre outras coisas, apregoava pela extinção do tráfico internacional de escravos no Brasil e, obviamente, acelerou a criouliização mineira.

Minas Gerais é, atualmente, o estado localizado no interior da região sudeste do Brasil, não havendo ligação marítima, pois está cercada pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Até o início do Oitocentos, Minas Gerais era dividida em quatro comarcas, sendo elas Rio das Velhas, Serro Frio, Ouro Preto e Rio das Mortes (Ver Mapa 1).

**Mapa 1 - Minas Gerais entre 1750 a 1800**



Fonte: CHAVES. *Perfeitos Negociantes*, p.32.

Com relação as fontes utilizadas e a divisão administrativa mineira para o período, devo salientar que a comarca de Ouro Preto detém parte substancial da documentação compulsada. Provavelmente, isso se deve ao fato de ter sido essa região sede da Capitania e Província mineira e, por isso, ter conseguido ao longo dos séculos acumular e guardar parte substancial da documentação que foi fomentada.

A literatura historiográfica que trata do processo de criouliização em Minas Gerais se fragmenta em três focos de abordagem: os que consideram Minas Gerais como uma região de economia estável e com uma grande população de origem africana, fruto do tráfico internacional de escravos e que oblitera o crescimento vegetativo desse

mesmo grupo;<sup>1</sup> pesquisas que observam o crescimento econômico mineiro e ressaltam o aumento da população mancípa através da importação de africanos e da crioulição;<sup>2</sup> e as investigações que se balizam tão-somente no aumento natural da população de cor.<sup>3</sup>

A hipótese melhor aceita no presente artigo é a que argumenta que havia uma importação maciça de africanos, mas que também ocorria a reprodução natural dos “homens de cor”. Como se verá, a população africana cresceu durante o século XVIII e centúria seguinte, mesmo que em um ritmo menor, e a parcela afro-brasileira também teve forte presença na população de cor.

Acredito que tal fenômeno tenha se dado muito em função das dinâmicas econômicas em Minas Gerais. Tanto para o *boom* aurífero quanto para períodos posteriores.

Contudo, ressalto que as nomenclaturas utilizadas tinham fortes ligações com as condições sociais dos indivíduos. Em outras palavras, os termos crioulo, pardo, mulato, cabra, mestiço e outros estavam conectados com as condições de livre, forro e escravo.

Desse modo, para observar melhor essas características iremos discutir, por meio de tabelas, a população de cor de Minas Gerais, através das condições sociais, descendência e ascendência para 1718 a 1738, 1795 até 1821 e 1831-1832.

### **População de cor de Minas Gerais, séculos XVIII e XIX.**

Na Tabela 1 está a população de cor, segundo suas procedências, entre os períodos de 1718 e 1738; 1795 e 1821; e, 1831 e 1832. Observando os padrões de mudança quanto as procedências dos crioulos, a tendência foi a de aumentar o percentual dos nascidos no Brasil nas datas em tela (91.1%, 95.5% e 99.91%), ao passo que entre 1718 e 1832 houve o aumento da diversificação das procedências. No início do século XVIII, os crioulos eram provenientes da África (0.2%) e Europa (0.4%). No final do período colonial, havia apenas uma procedência, além da brasileira, África, com 4.5%. Entre 1831 e 1832, eram três as procedências dos crioulos: África (0.08%), Brasil (99.91%) e Europa (0.01%).

---

<sup>1</sup> MARTINS. *Growing in Silence*, 1980.

<sup>2</sup> LIBBY. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista*, 1988; PAIVA. *População e economia nas Minas Gerais do Século XIX*, 1996, BOTELHO. *Demografia e Família Escrava em Montes Claros no século XIX*, 2000, entre outros.

<sup>3</sup> BERGAD. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*, 1999.

<b>Tabela 1</b>																			
<b>Números relativos da população de cor, segundo suas procedências. Minas Gerais, 1718-38, 1795-1821 e 1831-32.</b>																			
<b>Ano</b>																			
<b>1718-38</b>							<b>1795-1821</b>						<b>1831-32</b>						
<b>Origens</b>	<b>Cabra</b>	<b>Crioulo</b>	<b>Mestiço</b>	<b>Mulato</b>	<b>Pardo</b>	<b>S/I</b>	<b>Cabra</b>	<b>Crioulo</b>	<b>Mestiço</b>	<b>Mulato</b>	<b>Pardo</b>	<b>S/I</b>	<b>Cabra</b>	<b>Crioulo</b>	<b>Mestiço</b>	<b>Mulato</b>	<b>Pardo</b>	<b>S/I</b>	
<b>África</b>	0	0.2	0	0	0	0	0.4	4.5	1.2	0	0.1	0	0.03	0.08	2.2	0	0.03	0	
<b>Europa</b>	7.7	0.4	0	1.4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0.01	0	0	0	0	0
<b>Brasil</b>	92.3	99.4	100	98.6	100	100	99.6	95.5	98.8	100	100	0	99.97	99.91	97.8	100	99.97	0	
<b>Total (%)</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	100	100	100	100	100	100	0
<b>Total (N)</b>	13	515	3	137	5	8	1111	8005	81	37	6596	0	6283	83497	887	655	134938	0	

**Fontes:** 1718-1738 - APM, Col. Casa dos Contos, Listas dos quintos reais, Códices 1019, 1022, 1023, 1025, 1026, 1027, 1028, 1030, 1031, 1033, 1034, 1036, 1037, 1038, 1039 e 1068; 1795-1821 - AN Col. Casa dos Contos, 1804, IHGT - Rol de Confessados para São José del Rei (1795), e AEAM - Róis de Confessados para Mariana (1802, 1813, 1814 e 1821); 1831-32 - APM, Listas Nominativas da Provincia de Minas Gerais, 1831-32.

Malgrado em todas as datas o percentual de crioulos nascidos no Brasil tenha sido esmagadoramente superior aos demais, a Tabela 1 mostra a possibilidade da existência de crioulos oriundos de outras procedências. Todavia, admito que a maioria deles tenha nascido, dependendo da época, em Minas Gerais. Com relação as demais “qualidades”, excetuando os mestiços entre 1718 e 1738, e os mulatos pós-1738, as demais eram provenientes de algum lugar que não apenas o Brasil. Claro que, em certos casos, variou-se a procedência.

Os estudos sobre a escravidão no Brasil são balizados pela desproporção do número de homens em relação ao de mulheres, sobretudo, quando se trata dos africanos. Entre os nascidos no Brasil, os resultados apontam para um equilíbrio dos gêneros, quando não uma relativa suplantação das pessoas do sexo feminino sobre as do masculino.<sup>4</sup> No tocante a população escrava geral, as pesquisas desenvolvidas creditam que a disparidade da quantidade de homens sobre a de mulheres deveu-se a dois fatores complementares: a oferta de escravos do sexo masculino na África e a consequente retenção das mulheres nos labores locais; e a demanda por homens nos trabalhos fomentados no Brasil.<sup>5</sup>

Para as pesquisas desenvolvidas sobre Minas Gerais, em regra geral, os estudiosos avaliam que enquanto os senhores de cativos mineiros tiveram participação ativa no mercado internacional de escravos, imperava o total desequilíbrio entre os sexos. Porém, quando do desmantelamento da atividade mineradora pós-1750, verificou-se uma proporcionalidade dos gêneros.<sup>6</sup>

Na Tabela 2, está a população de cor de Minas Gerais, para o período de 1718 a 1738, inserida por procedências e dividida segundo o gênero e a razão de sexo.<sup>7</sup> De acordo com os dados gerais, os homens perfizeram a maioria da população de cor com

---

<sup>4</sup> FLORENTINO. *Em Costas Negras*, p.221 FLORENTINO e GÓES. *A paz das senzalas*, p.80-81; FLORENTINO e GÓES. *Morfologia da infância escrava*, p.210; FERREIRA. "Estrutura de Posse e Demografia Escrava, p. 328.

<sup>5</sup> LOVEJOY. *A escravidão na África*, p.178; e THORNTON. *Africa and Africans*, p.167; KLEIN. "Novas interpretações do tráfico de escravos Atlântico", p.16; BECKLES. *Female Enslavement in the Caribbean and Gender Ideologies*, Cap.10, p.164; MANNING. *Slavery and African Life*, p.42; e LAW. *Ouidah*, p.76, entre outros.

<sup>6</sup> RAMOS. *A Social History of Ouro Preto*, p.193-197; LUNA. *Minas Gerais*, p.144; LUNA e COSTA. *Minas Colonial*, p.40; LUNA e KLEIN. *Economia e Sociedade escravista*, p.175; BERGAD. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais*, p.130; LIBBY. *A Empiria e as Cores*, p.55; PINTO. *Família Escrava em São José Del Rei*, p.63-64, entre outros.

<sup>7</sup> Entende-se por razão de sexo a razão entre homens e mulheres de uma determinada população, multiplicada por 100 (cem). Para mais detalhes sobre este conceito, ver: [www.ibge.org.br/busca/razãodesexo/conceitos.shtm](http://www.ibge.org.br/busca/razãodesexo/conceitos.shtm).

11.030 indivíduos, contra apenas 1.117 mulheres. Sendo a razão de sexo de 987. Ou seja, havia quase 10 homens para cada mulher.

<b>Tabela 2</b>				
Números absolutos da população de cor, segundo o sexo e a razão de sexo. Minas Gerais, 1718-1738.				
	<b>Sexo</b>			
<b>Origens</b>	<b>S/I</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Razão de Sexo</b>
<b>Africanos</b>	<b>36</b>	<b>9751</b>	<b>789</b>	<b>1235</b>
Brasileiro	0	9	2	450
Cabra	0	8	0	800
Carijó	6	177	15	1180
Crioulo	1	384	133	288
Mestiço	0	2	1	200
Mulato	1	119	17	700
Pardo	0	4	1	400
<b>Sub-total</b>	<b>8</b>	<b>703</b>	<b>169</b>	<b>415</b>
<b>Europeus</b>	<b>1</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>2400</b>
<b>Indefinidos</b>	<b>39</b>	<b>552</b>	<b>159</b>	<b>347</b>
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>11030</b>	<b>1117</b>	<b>987</b>

Fontes: 1718-1738 - APM, Col. Casa dos Contos, Listas dos quintos reais, Códices 1019, 1022, 1023, 1025, 1026, 1027, 1028, 1030, 1031, 1033, 1034, 1036, 1037, 1038, 1039 e 1068.

Observando as razões de sexo por regiões, os africanos tiveram uma razão superior à geral (1.235). Como mencionei anteriormente, a historiografia tanto a brasileira quanto a mineira são unânimes em apontar a predileção dos senhores de escravos pela aquisição de cativos do sexo masculino, em função dos trabalhos desenvolvidos no Brasil. Certamente, a preferência dos escravocratas teve impacto sobre as importações dos homens africanos para o Brasil, assim como o uso de mulheres escravizadas na própria África. Porém, a demanda dos senhores de escravos por homens não necessariamente significou maior otimização dos trabalhos, sobretudo, os agrícolas.

Dentre os indivíduos nascidos no Brasil, havia uma alta taxa de masculinidade, 415. Embora seja muito abaixo da demonstrada entre os africanos. Os silvícolas, com 1.180 homens para cada mulher apresentou a maior razão de sexo. Estes foram seguidos, em ordem quantitativa, pelos cabras, 800, mulatos, 700, brasileiros, 450, pardos, 400, crioulos, 288, e mestiços, 200.

Por último, entre os indefinidos, a razão de sexo chegou a 347, sendo 552 homens e 159 mulheres, com 39 sem o sexo apresentado. Mesmo na possibilidade de descobrirmos as procedências dos indivíduos desse grupo, a razão de sexo dos demais aumentaria, pois estaríamos inserindo uma quantidade maior de homens do que de mulheres.

Assim, as razões de sexo entre os cativos de Minas Gerais, entre 1718 e 1738, foram altas. Levantamos como hipóteses para esses dados o fato de estar a colonização e, até mesmo, a formação da capitania ainda em um momento incipiente. Talvez, isso tenha feito com que os senhores de escravos optassem por trabalhadores do sexo masculino em detrimento das mulheres. Acrescentamos ainda, que por ser o período inicial da colonização em Minas Gerais, não poderia haver o aumento endógeno da população.

Na Tabela 3 está distribuída a população de cor de Minas Gerais, entre 1795 e 1821. No total, a razão de sexo foi de 188, considerada baixa pelos padrões apresentados na Tabela 2. Os números de homens e de mulheres foram de 25.421 e 13.479, respectivamente, havendo 7.557 sem o sexo anunciado. Desse modo, mesmo a razão de sexo continuando positiva, houve um declínio substancial entre os períodos apresentados nas tabelas 2 e 3.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> LUNA e COSTA. Estrutura da Massa Escrava de algumas localidades mineiras (1804) e COSTA. *Vila Rica*, p.137.

<b>Tabela 3</b>				
Números absolutos da população de cor, segundo o sexo e a razão de sexo. Minas Gerais, 1795-1821.				
<b>Origens</b>	<b>Sexo</b>			<b>Razão de Sexo</b>
	<b>S/I</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	
<b>Africanos</b>	<b>7542</b>	<b>14912</b>	<b>1621</b>	<b>919</b>
Cabra	0	557	554	100.1
Carijó	0	7	5	140
Crioulo	0	3807	4198	91
Mestiço	0	43	38	113
Mulato	0	21	17	123
Pardo	1	3052	3544	86
<b>Sub-total</b>	<b>1</b>	<b>7487</b>	<b>8356</b>	<b>89</b>
Indefinido	13	2623	3091	84
Preto	1	399	411	97
<b>Sub-total</b>	<b>14</b>	<b>3022</b>	<b>3502</b>	<b>86</b>
<b>Total</b>	<b>7557</b>	<b>25421</b>	<b>13479</b>	<b>188</b>

**Fontes:** 1795-1821 - AN Col. Casa dos Contos, 1804, IHGT - Rol de Confessados para São José del Rei (1795), e AEAM - Róis de Confessados para Mariana (1802, 1813, 1814 e 1821).

A população africana, do mesmo modo como exposto na tabela anterior, apresentou razão de sexo alta, 919, com 14.912 homens e 1.621 mulheres. Todavia, havia um novo cenário formado. Se as razões de sexo entre os africanos continuaram elevadas, o mesmo não pode ser dito para os sujeitos provenientes dos afro-brasileiros. A razão de sexo geral para esse grupo era de 89, sendo 7.487 homens e 8.356 mulheres. A maioria das qualidades tendeu ao equilíbrio entre os sexos: carijós (140), mulatos (123), mestiços (113) e cabras (100.1). Já entre os crioulos e pardos, as razões foram negativas. A razão daqueles foi de 91 e a desses chegou a 86. Essas baixas razões de masculinidade se devem a possibilidade do crescimento endógeno da população de cor mineira, sobretudo, entre os livres e libertos. Como discuti na Tabela 2, a partir da segunda metade do século XVIII houve um prodigioso crescimento dessa parcela populacional em função da alteração da economia mineira da extração aurífera para a

agricultura de subsistência e o atendimento de bens alimentícios ao mercado fluminense.<sup>9</sup>

Observa-se também que as razões de sexo entre os indivíduos “indefinidos” eram baixas entre 1795 e 1821. Estes ficaram com 84 homens para 100 mulheres, ao passo que entre os pretos a razão de sexo foi de quase o equilíbrio total, 97.

Como um todo, as razões de sexo da população de cor mineira alcançaram níveis baixos no período abordado. Muito provavelmente, a diminuição da quantidade de pessoas do sexo masculino tenha se dado pelo fato da diminuição do tráfico Atlântico para Minas Gerais da época e pelo possível estímulo dos senhores em aumentar a escravaria de forma natural. Contudo, isso não significou que novas levas de africanos alcançassem as Minas. Se altas razões de sexo estiverem mesmo interligadas com o tráfico internacional de escravos,<sup>10</sup> observamos que o contingente da África Centro-Ocidental continuou tendo Minas Gerais como região consumidora.

A disposição ao declínio da razão de sexo da população de cor de Minas Gerais se manteve entre os anos de 1831 e 1832 (Tabela 4). Nesse período, a proporção entre os sexos chegou a 1.17 homens para cada mulher, sendo 160.684 homens, 137.798 mulheres e 222 sem informação. Sendo que a razão de sexo dos africanos de 1831 e 1832 caiu vertiginosamente em relação ao período anterior para 278.

Importante notar que a razão de sexo encontrada é menor do que a sugerida por Alencastro para São João del Rei, entre 1831 e 1888. Ao estudar os inventários e testamentos *post-mortem*, Alencastro mostrou que a razão de masculinidade entre os africanos era de 382, de 1831 a 1850, e de 386, entre 1851 e 1888.<sup>11</sup> Os dados do autor, quando comparados aos da Tabela 4, podem demonstrar que as razões de sexo em

---

<sup>9</sup> FRAGOSO. *Homens de Grossa Aventura*, p.105.

<sup>10</sup> FLORENTINO e GOÉS. *Slavery, Marriage and Kinship*, p.143 e FARIA. *Sinhás Pretas*, p.23.

<sup>11</sup> GRAÇA FILHO. *A Princesa do Oeste*, p.221.

Minas Gerais variaram regionalmente. Enquanto em São João del Rei havia quase 4 homens para cada mulher, no total, de 1831 e 1832, a diferença era de menos de 3 homens para cada pessoa do sexo masculino. Todavia, em ambos os casos, os africanos apresentaram razões de masculinidade positivas.

<b>Tabela 4</b>				
Números absolutos da população de cor, segundo o sexo e a razão de sexo. Minas Gerais, 1831-32.				
	Sexo			
<b>Origens</b>	<b>S/I</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Razão de Sexo</b>
<b>Africanos</b>	<b>0</b>	<b>15624</b>	<b>5610</b>	<b>278</b>
Cabra	0	3018	3265	92
Carijó	0	82	89	92
Crioulo	7	40688	42802	95
Mestiço	0	467	420	111
Mulato	0	317	338	94
Pardo	11	65459	69468	94
<b>Sub-total</b>	<b>18</b>	<b>110031</b>	<b>116382</b>	<b>94</b>
Europeu	0	2	0	200
China da Índia	0	1	0	100
<b>Sub-total</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>300</b>
Indefinidos	153	6760	5192	130
Preto	51	28233	10615	165
<b>Sub-total</b>	<b>204</b>	<b>34993</b>	<b>15807</b>	<b>221</b>
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>160684</b>	<b>137798</b>	<b>117</b>

Fontes: APM, Listas Nominativas da Província de Minas Gerais, 1831-32.

Para a população “brasileira”, a razão de sexo geral foi negativa, de 94. Excetuando os mestiços, com razão de masculinidade de 111, todas as demais qualidades tiveram mais mulheres do que homens. Todavia, os crioulos e os pardos, mesmo que minimamente, sofreram aumento em suas relações de sexo em 1831 e 1832,

comparadas às de 1795 e 1821. Ainda assim, estas eram negativas: 94 para os pardos e de 95 entre os crioulos.

Os europeus e China da Índia voltam aparecer no cenário da população de cor minera. A razão de sexo destes foi a mais alta encontrada, 300. Todavia, em termos absolutos apenas 3 pessoas foram computadas, sendo todas do sexo masculino.

No que concernem os indefinidos, estes tiveram 6.760 homens, 5.192 mulheres e 153 sem informação, sendo a razão de sexo deles de 130. Os pretos, que tiveram um crescimento do contingente significativo (comparar com as Tabelas 2 e 3), também apresentaram razão de sexo baixa, mas positiva, de 165. Os números dos pretos foram: homens 28.233, mulheres 10.615 e 51 sem informação.

Apesar das razões de sexo de ambos os grupos serem baixas, estas cresceram em relação a 1795 e 1821. No caso dos indefinidos, acreditamos que seja pelo fato de que muitos forros tinham suas procedências e/ou nações ocultadas. Com relação aos pretos podemos argumentar de maneira bem superficial por agora que uma parte dos indivíduos nascidos no Brasil estava entre eles, especialmente, os escravos. Talvez, isso tenha se dado pela generalização das qualidades. Assim, muitos cativos denominados de cabra, crioulo, mulato, entre outros apareceram na documentação como pretos.

Os dados demonstram, com isso, que as razões de sexo entre a população de cor de 1718 a 1832 tendeu ao equilíbrio. Alguns grupos como os africanos sempre tiveram razões de sexo positivas. Contudo, estavam em direção gradativa ao equilíbrio dos gêneros, muito em função de uma possível lógica de buscar nos escravos oriundos de Minas Gerais a substituição e manutenção dos plantéis e, concomitante a isso, de comprar mulheres africanas. Por outro lado, a relação homem/mulher entre os indivíduos afro-brasileiros estava pautada na proporcionalidade. Excluindo os anos de

1718 a 1738, nas demais épocas pesquisadas houve o predomínio do número de mulheres frente aos dos homens. Em se tratando dos pretos, estes, por sua vez, aparecem na segunda metade do setecentos com baixa razão de sexo, mas que parecia pender ao aumento. A minha hipótese é que muitos cativos do sexo masculino oriundos de Minas Gerais tenham sido alocados sob a designação de preto, superestimando o grupo. Contrária a tendência dos pretos, os indefinidos parecem ter alojado a parcela populacional de cor livre e liberta, sem distinguir a procedência.

A família no Brasil sofreu inúmeras variações em seus estudos. Para o início do século XX, percebe-se que a família brasileira foi analisada pelo prisma do patriarcalismo, tendo o “chefe” da família o poder de arbitrar as decisões envolvendo todos os demais parentes, agregados e cativos.<sup>12</sup>

Na década de 1970, o modelo familiar fundamentado pelo patriarcalismo passou a coexistir com outros arranjos familiares, os cujos não necessariamente eram regidos pelas normas católicas.<sup>13</sup> Tais uniões poderiam ser consensuais e duradoras, em que os casais mantinham relações maritais, mas não residiam na mesma moradia.<sup>14</sup>

Contudo, a família escrava e, por extensão, a de cor passou a ser explorada de forma mais verticalizada apenas nas décadas de 1970 e 1980, sendo anteriormente tratada de forma marginal, muito em função das perspectivas metodológicas. Para muitos estudiosos do período, a união entre os mancipios era, em sua maioria, extraconjugal, imperando a promiscuidade, pois os donos de escravos optavam sempre por adquirir mais homens do que mulheres no tráfico Atlântico, fomentando, assim, a

---

<sup>12</sup> FREYRE. *Casa-Grande & Senzala*; e VIANNA. *Populações meridionais*.

<sup>13</sup> Segundo Lott, o casamento poderia ser identificado por três aspectos básicos: a cerimônia, o sacramento e o jurídico. LOTT. *Na Forma do Ritual Romano*, p.69.

<sup>14</sup> SAMARA. *As mulheres, o poder e a família*; FARIA. *A colônia em movimento*; FIGUEIREDO. *Barrocas Famílias*; VENÂNCIO. *Famílias abandonadas*; entre outros.

desproporção entre sexos, o que, por sua vez, desfavorecia a união legal e estável entre os cativos.<sup>15</sup>

Com a revolução historiográfica das décadas de 1970 e 1980, os estudos sobre a família escrava sofreram diversas mudanças: o significado de família para aqueles que a compunham, tanto no sentido das uniões legítimas, oficializadas pela Igreja, quanto das consensuais; as estratégias envolvendo a formação de famílias, tanto no âmbito senhorial, como também, em relação as cativos; o tráfico como (des)articulador da família mancípa etc.<sup>16</sup>

Assim, queremos realçar que a instituição família para a população de cor mineira não estava circunscrita apenas no grupo que a constituía, mas em relações solidárias que se fomentavam no cotidiano, de acordo com as vicissitudes em voga. Apesar de que estar focado apenas nos casamentos em si, levaremos em considerações nuances que influenciaram a família negra, como, por exemplo, as condições sociais, que, acreditamos, levou um número significativo de casamentos com parceiros que na documentação são desconhecidos.

Segunda questão é concernente aos laços e a influência dos pais, em termos identitários e culturais, sobre os seus descendentes. Acredito que as condições e posições sociais, assim como as "nações/qualidades", dos pais interferiam nas "nações/qualidades" dos filhos, sem, entretanto, passar pelo critério de pigmentação da pele. Slenes acredita que a "[...] 'família' é importante para a transmissão e

---

<sup>15</sup> PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil Contemporâneo*; FERNANDES. *A integração do negro na sociedade de classes*; COSTA. *Da Senzala à Colônia*; BASTIDE. *As religiões africanas no Brasil*; e outros.

<sup>16</sup> METCALF. *Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito*; SLENES. *Na senzala uma flor*; FLORENTINO & GÓES. *Paz nas senzalas*; FARIA. *A colônia em movimento*; PAIVA. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*; FRAGOSO & FLORENTINO. *Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda*; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*; entre outros.

reinterpretação da cultura e da experiência entre as gerações".<sup>17</sup> Acrescento que a transmissão era além da cultural, pois na documentação compulsada, não raro, a filiação da população de cor serviu para definir as nações/ qualidades que o sujeito pertencia.

Assim, o pertencimento a determinada nação estava conectado à filiação (nações/procedências; condição e status sociais; bens econômicos dos pais), ao status e condição sociais e, menos frequente, à pigmentação da pele. Tais normas eram sobrepostas e, dependendo do momento, a escolha se fazia pela utilização de uma delas.

Os próximos dados a serem apresentados se referem aos casamentos da população de cor, segundo suas origens, entre os anos de 1795 e 1821.<sup>18</sup> Assim, na Tabela 5 foram encontrados 2.601 casamentos, significando apenas 5.6% dos 46.456 indivíduos estudados para o período (ver Tabela 1). Entre os indivíduos procedentes da África, merecem destaque citar o fato que parte substancial dos homens se casaram, em ordem de preferência, com desconhecidas (403), africanas (91) e crioulas (69). Com relação às mulheres, observei os mesmos grupos preferências com, respectivamente, 470, 91 e 10.

Aceito a hipótese que a possibilidade de enlaces matrimoniais de homens e mulheres africanos com “desconhecidos” fosse uma questão do “silenciamento da cor”, como sugere Hebe Mattos. Para esta autora, muitos ex-escravos acabavam por suprimir suas origens na documentação por tentarem apagar um passado atrelado ao cativeiro.<sup>19</sup>

Em relação aos casamentos exogâmicos, aceito a possibilidade de isso estar atrelado à "oferta". Ou seja, em função da diminuição do número de africanos nos plantéis mineiros, muitos homens e mulheres dessa origem acabavam por contrair matrimônios com indivíduos de procedências diferentes.

---

<sup>17</sup> SLENES. *Na senzala, uma flor*, p.115.

<sup>18</sup> Não utilizei a documentação do início do século XVIII por não ter dados sobre os casamentos.

<sup>19</sup> MATTOS. *Das Cores do Silêncio*.

<b>Tabela 5</b>										
Números absolutos dos Casamentos, segundo os Grupos de Procedências. Minas Gerais 1795-1821.										
<b>Mulheres</b>										
<b>Homens</b>	<b>Africanas</b>	<b>Branca</b>	<b>Cabra</b>	<b>Crioula</b>	<b>Mestiça</b>	<b>Parda</b>	<b>Desconhecida</b>	<b>Preta</b>	<b>S/I</b>	<b>Total (H)</b>
<b>Africanos</b>	91	0	4	69	0	1	<b>403</b>	3	5	<b>576</b>
Branco	1	0	0	0	1	<b>122</b>	0	2	0	<b>126</b>
Cabra	7	0	2	12	0	9	14	0	1	<b>45</b>
Crioulo	10	0	2	<b>196</b>	0	5	<b>37</b>	2	<b>47</b>	<b>299</b>
Mestiço	0	0	0	1	4	5	0	0	0	<b>10</b>
Mulato	0	0	1	0	0	0	0	0	0	<b>1</b>
Pardo	5	7	<b>11</b>	<b>32</b>	0	<b>501</b>	<b>75</b>	7	<b>142</b>	<b>780</b>
Desconhecido	<b>470</b>	0	7	77	0	<b>87</b>	20	1	2	<b>664</b>
Preto	6	0	0	10	0	0	6	35	19	<b>76</b>
S/I	1	0	1	0	0	22	0	0	0	<b>24</b>
<b>Total (M)</b>	<b>591</b>	7	<b>28</b>	<b>397</b>	5	<b>752</b>	<b>555</b>	<b>50</b>	<b>216</b>	<b>2601</b>

**Fontes:** 1795-1821 - AN Col. Casa dos Contos, 1804, IHGT - Rol de Confessados para São José del Rei (1795), e AEAM - Róis de Confessados para Mariana (1802, 1813, 1814 e 1821).

Além disso, no caso da escolha por parceiros crioulos, além da razão de sexo negativa (Tabela 3), o que facilita a contração de casamentos, especialmente, com as mulheres crioulas, havia a questão da proximidade cultural. Heywood e Thornton demonstram que boa parte dos cativos retirados da África Centro-Occidental, entre os séculos XVII e o XVIII, saiu de regiões "crioulizadas", i.e., amalgamadas com signos culturais portugueses e misturadas aos códigos e valores culturais locais.<sup>20</sup> Assim, pode ser que os africanos da parte Centro-Occidental da "outra margem" do Atlântico não se percebessem como diferentes dos crioulos, e vice-versa, facilitando as uniões entre eles.

Entre a população dos nascidos dentro do Império português, os crioulos casados totalizaram 696 pessoas, sendo 299 homens e 397 mulheres. Os casamentos endogâmicos desse grupo alcançou a número de 196, o que representa 65.6% dos crioulos do sexo masculino e 49.4% das mulheres crioulas. A maior propensão dos homens crioulos do que as mulheres a endogamia se deve, inquiri, ao fato da razão de

<sup>20</sup> HEYWOOD e THORNTON. *Central Africans, Atlantic Creoles*, p.169-235.

sexo negativa do grupo (Tabela 3). Assim, era mais fácil aos crioulos do gênero masculino fomentar uniões com as mulheres de sua mesma qualidade do que o oposto. Ainda assim, entre os homens crioulos, havia casamentos com mulheres sem informação, 47 e desconhecidas, 37. Esses números, especulamos, estão em acordo com a distribuição da população crioula, em se tratando das condições sociais (Tabela 1). Os crioulos eram, na maioria, escravos ou não tinham a condição social relatada, ou forros. O fato de sem as parceiras sem informação e desconhecidas, pode mostrar que os crioulos contraíram matrimônios com forras, em primeiro lugar, e, somente depois, com escravas. Claro que, em algumas fontes, como é o caso dos róis de confessados, sobretudo os de Mariana (1802, 1813, 1814 e 1821), a tendência teria sido a de pressupor a qualidade/nação dos membros da família a partir da do chefe.

As mulheres crioulas, também, se casaram com homens, cujas procedências e/ou nações não foram registradas, 77. Do mesmo modo que os crioulos, aceito a hipótese de isso ser uma questão do próprio escravismo em Minas Gerais que colocou casais em domicílios distintos. Os demais casamentos exogâmicos envolvendo mulheres crioulas foram: africanos, 69, pardo, 32, cabra 12 e pretos 10, apenas para ressaltar os de maiores pujanças. A hipótese engendrada por mim é que o grande número de mulheres crioulas pode ter facilitado os casamentos exogâmicos.

A população parda apresentou os maiores percentuais de endogamia. Os homens tiveram 64.2% e as mulheres 66.6%. Além disso, essa foi a qualidade com maior equilíbrio de gêneros entre os consórcios, sendo 780 pessoas do sexo masculino e 754 do feminino. Esses 1.534 pardos casados representaram 23.3% da população total dessa nação (Tabela 1), significando um alto índice de casamento entre os pardos de Minas Gerais, entre 1795 e 1821.

Os casamentos exogâmicos dos pardos foram, principalmente, em tratando dos homens com mulheres sem informação (142), desconhecidas (75), crioulas (32), cabras (11) e brancas (7). As mulheres pardas optaram por matrimônios com homens das seguintes nações/qualidades: brancos, 122, desconhecidos, 87 e sem informação, 22. Observando que os casamentos com desconhecidos poderia ser uma união com parceiros ainda na condição de escravo, teorizo que os pardos permaneciam nos anos em apreço na Tabela 5 com fortes laços com indivíduos em cativeiro. Por outro lado, a tendência era o casamento com sem informação, no caso dos pardos homens, e com brancos, para as pardas. Com isso, a ausência de informação entre os pardos, tanto no sentido da condição social quanto da procedência pode revelar a estreita ligação dessa qualidade com o “mundo dos livres”. Porém com uma nuance, enquanto a estratégia dos pardos do gênero masculino foi a de esconder a informação de suas parceiras, as mulheres pardas tiveram conexões diretas com os brancos ou, então, elas próprias “perderam” suas qualidades e se alocaram no grupo de sem informação casadas com os pardos.

Seja como for, os dados arrolados acima sobre os pardos fundamentam as hipóteses na Tabela 1, quando sugeri que os membros dessa qualidade estavam intimamente conectados com o "mundo dos livres", ao passo que os crioulos com o dos escravos. Além disso, mesmo a razão de masculinidade entre os pardos ser negativa, tal qual a dos crioulos, havia uma diferença entre os casamentos. Enquanto as mulheres pardas se casavam mais com os brancos, as crioulas eram parceiras preferenciais dos africanos.

A Tabela 6 traz a mesma conformação da Tabela 5, porém, para os anos de 1831 e 1832. Nesta tabela houve um aumento substancial do número de casamentos

endogâmicos. A maior parte dos indivíduos estudados parece ter optado por matrimônios com cônjuges de suas mesmas origens. Em alguns casos, os casamentos intergrupais chegam a quase 100%, como, por exemplo, entre as mulheres africanas, cabras, mestiças, mulatas, pardas e pretas. Por outro lado, excetuando os homens pardos, os demais tiveram casamentos exogâmicos em maiores quantidades do que as mulheres de suas respectivas origens.

Isso pode demonstrar que em uma relação de baixa razão de sexo em uma sociedade, as mulheres escolhiam, primeiramente, parceiros da sua própria origem, ao passo que os homens estavam mais propícios a fomentação de consórcios exogâmicos.

Ao estudar os casamentos de Vila Rica, entre 1836 e 1841, Lott descreve que "com uma única exceção das 39 atas da paróquia do Pilar, das quais consta a cor dos noivos, os matrimônios registrados ocorreram entre iguais".<sup>21</sup> De fato parece que era comum a escolha por pessoas da mesma origem por parte dos nubentes. Admirável de ver que dos mais de 18.000 pardos homens e mulheres optarem por pessoas da mesma qualidade, chegando o casamento endogâmico pardo a 17.821.

---

<sup>21</sup> LOTT. *Na forma do ritual romano*, p.109. Ao trabalhar com as listas nominativas de 1831 para a Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes, em 1831, Libby chegou ao mesmo resultado: "Tudo isso nos leva a sugerir que, nas Minas Gerais do período provincial, o esquema identitário vigente tendia a uma franca racialização". LIBBY. *A Empiria e as Cores*, p.61.

<b>Tabela 6</b>												
Números absolutos dos Casamentos, segundo os Grupos de Procedências. Minas Gerais 1831-1832.												
<b>Mulheres</b>												
<b>Homens</b>	Africana	Branca	Cabra	Crioulo	Índio	Mestiço	Mulato	Pardo	Desc.	Preta	S/I	<b>Total (H)</b>
Africanos	<b>1327</b>	0	0	500	0	0	0	2	511	0	0	2340
Branco	0	0	0	13	0	0	0	73	0	0	0	86
Cabra	0	0	<b>468</b>	79	0	0	0	2	0	0	0	549
Carijó	0	0	0	1	13	0	0	0	0	0	0	14
Crioulo	113	10	90	<b>2811</b>	1	8	4	<b>327</b>	<b>1743</b>	<b>180</b>	0	5287
Mestiço	0	0	0	7	0	63	0	3	4	0	0	77
Mulato	0	1	0	2	0	0	73	0	0	0	0	76
Pardo	0	<b>71</b>	6	393	0	4	0	<b>17821</b>	0	2	2	18299
Desc.	14	0	19	<b>2946</b>	6	0	3	<b>226</b>	0	0	46	3260
Preto	0	0	0	726	0	0	1	4	<b>873</b>	<b>3257</b>	0	4861
S/I	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	1	4
<b>Total (M)</b>	1454	82	583	7480	20	75	81	18459	3131	3439	49	<b>34853</b>

Fontes: 1831-32 - APM, Listas Nominativas da Província de Minas Gerais, 1831-32.

Por outro lado, os crioulos se casaram mais com pessoas de outras origens. Claro que para ambos os sexos, os crioulos procuravam parceiros, preferencialmente, de suas qualidades. Contudo, a maioria deles estava engajada em uniões exogâmicas. Em outras palavras, dos mais de 12.000 crioulos encontrados nas fontes, apenas 2.811 tinham parceiros crioulos, significando 22% do total de casados dessa qualidade. Esse percentual representava um declínio de 5% dos casamentos endogâmicos do período anterior (Tabela 5).

Acredito que o decréscimo de casamentos entre crioulos tenha se dado por dois fatores: o primeiro tem relação com o aumento de casamento com desconhecidos. Os homens crioulos, com 1.743 matrimônios e as mulheres, com 2.946 parceiros desconhecidos foram os que mais contraíram consórcios com pessoas ausentes nos domicílios. Isso, talvez, deveu-se a condição de escravo está arraigada à qualidade crioula (Isso será demonstrado na Tabela 9). Segundo, enquanto os homens crioulos, majoritariamente e além das desconhecidas e crioulas, se concentraram nos enlaces com pardas (327), pretas (180) e cabras (90), as crioulas participaram de forma mais

atenuante nos matrimônios endogâmicos, se pulverizando em relações com homens de origens diferentes. A propósito disso, as crioulas quase sempre foram a segunda opção para o casamento de homens de outras origens.

As vicissitudes envolvendo questões concernentes as *nações*/qualidades da população de cor é comum no cenário da historiografia brasileira. Para tentar demonstrar alguns desses critérios para as Minas dos séculos XVIII e XIX, utilizarei das Tabelas 7 e 8. Nestas, estão as ascendências da população de cor e a descendência, divididas pelas procedências para 1795 e 1821, e 1831 e 1832, respectivamente.

Na Tabela 7, encontramos 5.115 descendentes da população de cor mineira. Comparados ao total da população para o período de 1795 a 1821 (Tabela 1), os descendentes de cor significaram 11.01% da população. Percentual em nada desprezível. No tocante a descendência, percebo que os pardos foram a qualidade com a maior quantidade de pais diferentes, totalizando 27. No entanto, as demais qualidades também tiveram uma alta diversidade de pais: crioulos (22), cabras (17), pretos (9), brancos e mestiços (4 cada) e índios (2).

Iniciando com os crioulos, dos 567 descendentes dessa qualidade encontrados, 236 eram filhos de pai desconhecido e mãe crioula; 130 de pais crioulos; 25 de desconhecido com preta; 24 de pai crioulo e mãe desconhecida; 22 frutos de pais desconhecidos com mães também desconhecidas e de desconhecido com sem informação; e os demais crioulos eram filhos de várias uniões que não alcançaram sequer 10 indivíduos.

Tabela 7

Números absolutos da ascendência e descendência, segundo os Grupos de Procedências. Minas Gerais  
1795-1821.

		Ascendência		Descendência							Total (A)		
		Pais	Mães	Branco	Cabra	Crioulo	Índio	Mestiço	Pardo	Preto		S/I	
Africa	Africano	Africana	0	0	4	0	0	0	0	0	2	6	
	Africano	Crioula	0	0	13	0	0	0	0	0	0	13	
	Africano	Desconhecida	0	0	3	0	0	0	0	0	2	5	
Brasil	Branco	Desconhecida	0	0	0	0	0	0	11	0	2	13	
	Branco	Mestiça	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5	
	Branco	Parda	5	0	0	0	0	0	178	0	113	296	
	Branco	Preta	0	0	0	0	0	0	3	7	0	10	
	Cabra	Cabra	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	
	Cabra	Crioula	0	9	1	0	0	0	0	0	11	21	
	Cabra	Desconhecida	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2	
	Cabra	Parda	0	0	0	0	0	0	10	0	7	17	
	Cabra	S/I	0	4	0	0	0	0	0	0	2	6	
	Crioulo	Cabra	0	1	0	0	0	0	0	0	2	3	
	Crioulo	Crioula	0	2	130	0	0	5	0	0	110	247	
	Crioulo	Desconhecida	0	0	24	0	0	0	11	0	36	71	
	Crioulo	S/I	0	0	2	0	0	0	0	0	58	60	
	Mestiço	Crioula	0	0	0	5	0	0	0	0	0	5	
	Mestiço	Mestiça	0	0	0	0	0	21	0	0	0	21	
	Mestiço	Parda	0	0	0	0	0	0	16	0	0	16	
	Pardo	Branca	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3	5
	Pardo	Cabra	0	1	0	0	0	0	0	13	0	0	14
	Pardo	Crioula	0	15	2	0	0	0	4	0	32	53	
	Pardo	Desconhecida	0	6	0	0	0	0	46	3	61	116	
	Pardo	Parda	0	1	1	0	0	0	488	2	546	1038	
Pardo	Preta	1	0	0	0	0	0	9	10	0	20		
Pardo	S/I	0	1	0	0	0	0	6	0	308	316		
Demais	Desconhecido	Africana	0	4	24	0	0	0	5	0	4	37	
	Desconhecido	Branca	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
	Desconhecido	Cabra	0	18	1	0	0	0	28	0	42	89	
	Desconhecido	Crioula	1	51	236	0	0	0	174	1	443	906	
	Desconhecido	Desconhecida	0	1	22	0	0	0	15	0	12	50	
	Desconhecido	Índia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
	Desconhecido	Mestiça	0	0	0	0	5	0	0	0	0	5	
	Desconhecido	Mina	0	2	33	0	0	0	15	1	11	62	
	Desconhecido	Parda	1	4	9	0	0	0	505	2	564	1085	
	Desconhecido	Preta	0	0	25	0	0	0	17	62	53	157	
	Desconhecido	Rebola	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
	Desconhecido	S/I	0	5	22	0	4	0	56	0	100	187	
	Preto	Crioula	0	0	7	0	0	0	1	0	3	11	
	Preto	Desconhecida	0	0	0	0	0	0	0	0	9	9	
	Preto	Preta	0	0	1	0	0	0	0	58	4	63	
	Preto	S/I	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5	
	S/I	Crioula	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7	
	S/I	Desconhecida	0	0	3	0	0	0	4	0	3	10	
	S/I	Parda	0	0	0	0	0	0	15	0	20	35	
	S/I	Preta	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	
S/I	S/I	0	0	3	0	0	0	1	0	1	7		
<b>Total (D)</b>			8	126	567	6	35	1639	146	2585	5115		

Fontes: 1795-1821 - AN Col. Casa dos Contos, 1804, IHGT - Rol de Confessados para São José del Rei (1795), e AEAM - Róis de Confessados para Mariana (1802, 1813, 1814 e 1821).

Percebemos que, em suma, do total de crioulos encontrados como descendentes da população de cor, 403, ou 71.1%, tinham um dos pais como desconhecido, reforçando a nossa hipótese de ligação da qualidade crioula com a condição de escravo. Além disso, entre os ascendentes desconhecidos dos crioulos, 373, ou 92.6%, eram homens. Esse último dado informa que era comum entre os crioulos a vivência apenas com as mães.

Pelos dados da Tabela 7, a participação de africanos, enquanto pais de crioulos, era reduzida. Soares avança que poucas das pretas minas na cidade do Rio de Janeiro setecentista tinham filhos.<sup>22</sup> Especulo que para Minas Gerais esse fenômeno tenha sido mais amplo, abrangendo pessoas de outras procedências africanas que não apenas a mina. Todavia, devemos ressaltar que os dados dos ascendentes dos crioulos são notoriamente carregados de desconhecidos. Assim, qualquer afirmação sobre o tema é mera especulação.

No tocante as uniões em que os crioulos participaram, 1397 descendentes da população de cor tiveram crioulos enquanto filiação. Esse número significou 27.3% dos 5115 das proles de cor. Esse dado é significativo, pois demonstra que a afirmação que crioulos eram filhos de crioulos e africanos, não é satisfatória para explicar a descendência dos crioulos. Em outras palavras, o crioulo era filho de crioulo e africano, mas nem todo filho de crioulo era crioulo.

A geração que se constituiu da união entre africanos e crioulos foi de crioulos. Em estudo recente Cerceau Netto afirmou que, na Comarca do Rio das Velhas setecentista "[...], as uniões de africanos com crioulos, ou mesmo com pessoas já identificadas como pardas ou mulatas, nascidas no Brasil, geravam filhos classificados

---

<sup>22</sup> SOARES. "O Império de Santo Elesbão na Cidade do Rio de Janeiro", p.64-65.

como pardos".<sup>23</sup> Dos 13 enlaces entre crioulos e africanos compulsados na Tabela 7, 100% das proles eram crioulas, contradizendo a assertiva acima. Tal diferença se dá pelo fato do autor utilizar de testamentos e inventários, o que apresenta uma parcela privilegiada da população de cor que possuía cabedal suficiente para fomentar esses tipos de documentos. No caso dos dados aqui, tem-se uma visão mais geral da população.

Ainda, dos 247 filhos de pais crioulos, uma quantidade expressiva não era crioula: 110 sem informação, 5 pardos e 2 cabras, totalizando 117 indivíduos. Os dados podem estar demonstrando que a ausência da cor como sinal de ascensão social não estava circunscrito apenas aos pardos, mas também aos crioulos. Ademais, das uniões de pai crioulo e mãe cabra, ou o contrário, os filhos eram ou cabras, ou sem informação. Em apenas um caso temos crioulo como fruto dessa união.

Sobre os crioulos, Faria afirma que estes eram

*Filhos de pretos, ou seja, de nascidos na África, quando ainda escravos, eram crioulos. Já os filhos de crioulos eram pardos, não importando a cor da pele. Estas categorias, portanto, designam as diferenças de origem de nascimento mais do que as nuances da cor da pele dos indivíduos. Resumindo: índios, pretos, crioulos, mulatos, pardos e cabras, quando escravos, eram todos negros.*<sup>24</sup>

Na verdade, os dados sobre a descendência dos crioulos vislumbrados acima não corroboram para a afirmação de Faria. Os filhos de crioulos, nas Minas Gerais, do período abordado na Tabela 7, eram, na maioria, crioulos; em um segundo momento, tinham a origem "obliterada" e somente em casos raros apareceram como pardos.

Por outro lado, das uniões entre pardos e crioulos que tiveram filhos, encontrei apenas pais pardos e mães crioulas, não o oposto. Deste enlace, ocorreu 53 rebentos,

---

<sup>23</sup> CERCEAU NETTO. Famílias Mestiças, p.172.

<sup>24</sup> FARIA. *Sinhás Pretas*, p.68.

sendo 32 sem informação, 15 cabras, 4 pardos e apenas 2 crioulos. Novamente, os resultados da Tabela 7 contestam a afirmação de Cerceau Netto. A tendência do enlace pardo/crioulo era ocultar a qualidade, ou, em menor escala, os filhos serem cabras.

O termo cabra é um dos mais complicados de se definir na historiografia, sendo que uma gama muito limitada de estudiosos se debruçou sobre a deliberação do termo. O dicionarista Bluteau descreveu cabra da seguinte maneira: “Cabra. Derão os Portuguezes este nome a alguns Índios, porque os acharão rumiando, como cabras, a erva Betel, que quasi sempre trazem na boca”.<sup>25</sup> Libby descreve os cabras como “[...], referi[ndo]-se à prole de pais de origens mistas: um pardo (ou, talvez mais precisamente, um mulato) e o outro crioulo ou africano. Porém, às vezes o termo era caracterizado por alguma ambivalência”.<sup>26</sup> Lara ressalta que cabra não estava associado aos mestiços de índios, mas havia certa ambivalência no termo, podendo ser descendente de outros grupos.<sup>27</sup> Por último, Karasch descreve os cabras como “[...] um termo pejorativo para escravos de raça mista e, ao contrário de crioulo ou pardo, palavras que conotam orgulho na identidade, não há imagens positivas ligadas a 'cabra".<sup>28</sup>

De fato, parece que cabra era uma "raça mista", todavia, miscigenada com os crioulos, na maioria. Pela Tabela 7, os cabras representaram as proles de 16 tipos de uniões diferentes. Todavia, dos 126 cabras relacionados como rebentos da população de cor mineira, entre 1795 e 1821, 78 tiveram pelo menos um dos pais da qualidade crioula, significando 61.9% dos filhos cabras. Agregando esses dados com os da Tabela 6, em que 32.9% dos cabras contraíram matrimônio com parceiros crioulos, e

---

<sup>25</sup> BLUTEAU. Verbete: Cabra. *Vocabulário Português e Latino*, V2, p.21.

<sup>26</sup> LIBBY. A Empiria e as Cores, p.46

<sup>27</sup> LARA. *Fragmentos Setecentistas*, p.156.

<sup>28</sup> KARASCH. *Slave Life in Rio de Janeiro*, p.39.

acrescentando ainda, que dos 1111 cabras encontrados no período em apreço, 633 (57%) eram escravos (Tabela 9), parece ter havido uma forte ligação da qualidade cabra com a dos crioulos. Como se fossem um prolongamento dos crioulos ou uma geração posterior, ou, ainda, informassem a miscigenação do crioulo com indivíduos de outras origens.

Além dos filhos cabras da união entre pardos e crioulos que mencionei acima, ocorreu que das 906 proles de pais desconhecidos e mães crioulas, 51 eram cabras, fortalecendo a hipótese de que os cabras representassem o "crioulo mestiço", i.e., a qualidade cabra era a resultante da união exogâmica envolvendo ao menos uma filiação crioula.

Em relação aos pardos, essa qualidade foi a segunda, em termos quantitativos, na Tabela 7, sendo superada apenas pelos sem informação. Entre os 1639 pardos relacionados, 505 eram filhos de pais desconhecidos com pardas; 488 tinham pais pardos; 178 filhos de brancos e pardas; 174 pardos eram proles de desconhecidos e crioulas; 56 de pais desconhecidos e mães sem informação; 46 pais pardos com mais desconhecidas; e as demais uniões com menos de 20 pardos como filhos.

Essa foi a qualidade com laços mais fortes com os brancos (ver tabelas 6 e 7) e, por isso, sua definição está tão atrelada ao "mundo dos livres". O próprio Bluteau descreveu o pardo como uma "[...] *Cor entre branco, & preto, propria do pardal, dõde parece lhe veyo o nome*".<sup>29</sup>

Mattos, por sua vez, descreve que o termo pardo se referenciava

*A emergência de uma população livre de ascendência africana, não necessariamente mestiça, mas necessariamente desassociada já por algumas gerações da experiência mais direta do cativo, consolidou a categoria de*

---

<sup>29</sup> BLUTEAU. Verbete: Pardo. *Vocabulário Português e Latino*, V6, p.265.

*'pardo livre' como condição lingüística necessária para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava.*<sup>30</sup>

Utilizando os dados dos 296 filhos de pais brancos com mais pardas, havia 178 pardos, 113 sem informação e 5 brancos. Da associação entre a linhagem paterna parda e a materna branca, as proles totalizaram apenas 5 indivíduos: 2 pardos e 3 sem informação. O que os dados sobre a geração de pardos informam é que a associação os pardos tinham fortes laços com os brancos, em termos de ascendência. Porém, ou eram pardos ou sem informação. Raramente eram brancos.

Diante disso, Libby levanta a suspeita que "[...] quase todos esses indivíduos que passaram a não ser rotulados como libertos eram identificados como pardos – com certeza, a mais complexa das representações identitárias 'nativas'".<sup>31</sup> Porém, o cuidado claro e notório de a descendência de branco com pardo quase nunca ser denominada de branco, pode expressar, ademais, a nítida orientação do termo com um passado em cativo. Ou seja, o termo pardo carregava em si a clara alusão aos indivíduos da população de cor, mesmo havendo laços sanguíneos e de outros tipos com a parcela livre.

Por outro lado, Cerceau Netto acredita que a condição social tenha influenciado pouco na categorização do sujeito enquanto pardo. Para este autor, três variáveis se constituíram como definidoras dessa nação: "a cor (uma cor entre branco e preto), a origem dos pais (naturais do Brasil) e a qualidade dos pais (pai pardo e mãe crioula)".<sup>32</sup>

O que depreendi da Tabela 8 é exatamente o oposto ao aludido por Cerceau Netto: os pardos estavam associados a condição de livre e liberto; e os pardos eram

---

<sup>30</sup> MATTOS. "A escravidão moderna nos quadros do Império português", p. 155.

<sup>31</sup> LIBBY. A Empiria e as Cores, p.43.

<sup>32</sup> CERCEAU NETTO. As Famílias Mestiças, p.172-173.

filhos de pais pardos ou da exogamia entre pardos e brancos, mas dificilmente com mães crioulas. Dos 1.639 pardos da tabela, apenas 184 tiveram mães crioulas, sendo que 174 pardos filhos de crioulas tiveram os pais desconhecidos.

Tendo a aceitar que pardo era uma qualidade que fazia parte da parcela de cor associada as condições livre e forro. Além disso, "[...] que a representação de pardo(a) sistematicamente passava de pais para filhos".<sup>33</sup> Dos 3.073 filhos de pardos em casamentos endo ou exogâmicos, 1.665 eram sem informação, 1.307 eram pardos e tão-somente 101 foram classificados como sendo de outras origens. Isso informa que os filhos de pardos ou eram, primeiramente, sem informação ou pardos.

Por último, e ainda em relação aos pardos, houve apenas 5 pardos como descendentes de ancestrais africanos, sendo, em todos os casos, pais desconhecidos e mães africanas. Nos demais 45 casos em que pelo menos uma das filiações era oriunda do continente africano, todos os filhos foram classificados como crioulos. Neste sentido, parte do que foi aventado por Cerceau Netto faz sentido. Havia uma segregação do termo pardo com uma origem africana direta.

Outra discussão de igual envergadura está associada ao termo preto. Para alguns historiadores, preto era sinônimo de africano,<sup>34</sup> ao passo que para outra corrente de estudiosos o termo se referia a condição de cativo, sendo formado por indivíduos de cor nascidos nos domínios portugueses ou alhures.<sup>35</sup>

Verificando os dados da Tabela 7, percebemos que havia 146 filhos pretos, o que desconstrói a ideia de que o termo se referia apenas aos africanos. Desse total de proles pretas, 62 eram filhos de pais desconhecidos e mães pretas, 58 com filiação preta, 10

---

<sup>33</sup> LIBBY. *A Empiria e as Cores*, p.48.

<sup>34</sup> KARASCH. *Slave Life in Rio de Janeiro*, p.37; MARTINS. *Growing in Silence*, p.103; PAIVA e LIBBY. *Caminhos Alternativos*, p.215-217; entre outros.

<sup>35</sup> MATTOS. *Das Cores do Silêncio*, p.94; FARIA. *Sinhás Pretas*, p.42.

com pais pardos e mães pretas e os demais divididos em outros tipos de uniões. Chamamos a atenção que apenas em um caso há o envolvimento direto de progenitores africanos (pai desconhecido e mãe mina).

Além disso, das relações exogâmicas dos pretos a inclinação era que os rebentos fossem pretos. Neste sentido, da união entre branco e preto houve 10 nascimentos, sendo 3 pardos e 7 pretos; de pardo com preto 9 filhos foram pardos e 10 pretos; das 157 proles de desconhecidos com pretos, 62 pretos, 53 sem informação, 25 crioulos e 17 pardos; e pais pretos e mães desconhecidas houve 9 filhos, todos pretos. Apenas no caso do envolvimento de pais pretos e mães crioulas e da participação de indivíduos sem informação como cônjuges dos pretos, os filhos eram de outras qualificações.

Neste sentido, o termo preto parece ter identificado o indivíduo de cor nascido no Brasil, cuja classificação da prole, provavelmente, dependeu da condição social dos pais envolvidos e de outros fatores.

Para encerrar as análises da Tabela 7, gostaria de examinar os mestiços. Como disse na Tabela 2, este grupo teve uma forte conexão com os índios. Dos 35 rebentos mestiços encontrados, 21 eram filhos de pais da mesma qualidade; 5 para cada um dos casais de pais brancos e mães mestiças e pais desconhecidos e mães mestiças; e 4 para pais desconhecidos e mães sem informação. Os dados mostram a participação de pelo menos um dos pais como mestiço na qualificação dos filhos.

Dos relacionamentos em que apenas os pais eram mestiços, todos os filhos eram de outras nações. Isso aconteceu quando os pais mestiços se uniram com mães pardas e tiveram descendentes pardos sem exceção (16). O mais interessante ocorreu da união entre pais mestiços e mães crioulas. Dessa combinação, todas as 5 proles foram classificadas como indígenas. Espelho que a disposição nesse caso fosse a de

desassociar as "crias" de uma ascendência escrava. Ao classificá-los como pardos e índios, os pais poderiam buscar uma descendência apartada do mundo dos cativos, mesmo que ainda permanecessem inseridos na população de cor.

Na Tabela 8, está a população de cor para Minas Gerais, entre 1831 e 1832, disposta do mesmo modo que na tabela anterior. No total, foram registrados 22.929 filhos dos "homens de cor", representando 7.7% dessa gama populacional (Tabela 2).

Entre as proles de cor, 18.595, ou 81.1%, eram pardos, o que demonstra a tendência ao nascimento de pardos no oitocentos mineiro. A segunda qualidade, em termos quantitativos, foi a crioula, com 3.288 (14.3%); depois dos crioulos estavam os cabras com 572 (2.5%); os mulatos tiveram 282 indivíduos, ou 1.2%; e, por último, os filhos das demais qualidades não alcançaram, em números absolutos, 100 pessoas.

Com relação aos pais que tiveram mais filhos, os de maior pujança foram os casais pardos que possuíram 9.708 filhos. Estes foram seguidos pelos pais desconhecidos e pelas mães pardas, 3.544; pelos pais pardos casados com desconhecidas, 3.124; pela união de desconhecidos e crioulas, com 1.922; e pelos casais crioulos, com 1.317 rebentos. Assim, do total de descendentes da população de cor mineira, 16.376 (71.4%) tiveram pelo menos um dos genitores da qualidade parda. Isso pode estar expondo, novamente, a forte presença dos pardos na população de cor mineira para o período em tela, como também, que o aumento dessa qualidade teve seu início em um momento anterior à confecção do Mapa populacional de 1831 e 1832. A minha hipótese é que com o aumento de forros e livres de cor nas Minas, desde a segunda metade do setecentos, uma parte substancial deles acabaram adotando ou sendo classificados como pardos.

Tabela 8

Números absolutos da ascendência e descendência, segundo os Grupos de Procedências. Minas Gerais  
1831-32.

		Ascendência		Descendência								
	Pais	Mães	Branco	Cabra	Crioulo	Indio	Mestiço	Mulato	Pardo	Preto	S/I	Total (A)
Africano	Africano	Africana	0	0	12	0	0	0	0	0	0	12
	Africano	Crioula	0	3	65	0	0	0	2	0	1	69
	Africano	Parda	0	0	1	0	0	0	3	0	0	4
	Africano	Preta	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
Brasil	Branco	Branca	0	0	3	0	0	0	7	2	0	12
	Branco	Crioula	0	0	3	0	0	0	4	0	0	7
	Branco	Desc.	0	0	2	0	0	6	10	0	0	18
	Branco	Mulata	0	0	0	0	0	31	0	0	0	31
	Branco	Parda	0	0	0	0	0	0	472	0	0	472
	Branco	S/I	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
	Cabra	Cabra	0	53	1	0	0	0	0	0	0	54
	Cabra	Crioula	0	48	27	0	0	0	0	0	0	75
	Cabra	Desc.	0	39	5	0	1	0	0	0	0	45
	Cabra	S/I	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
	Carijó	Desc.	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Carijó	Carijó	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Crioulo	Africana	0	1	8	0	0	0	1	0	0	1
	Crioulo	Branca	0	0	1	0	0	0	3	0	0	4
	Crioulo	Cabra	0	85	22	0	0	0	0	0	0	107
	Crioulo	Crioula	0	11	1284	0	0	0	20	0	2	1317
	Crioulo	Desc.	0	4	146	0	0	0	7	0	0	164
	Crioulo	Mulata	0	0	0	0	0	6	0	0	0	6
	Crioulo	Parda	0	89	28	0	0	0	588	0	5	731
	Mestiço	Mestiça	0	0	0	0	37	0	0	0	0	37
	Mestiço	Parda	0	0	0	0	0	0	8	0	0	8
	Mulato	Branca	0	0	0	0	0	22	0	0	0	22
	Mulato	Mulata	0	0	0	0	0	144	0	0	0	144
	Pardo	Branca	1	0	0	0	0	0	299	0	0	300
	Pardo	Crioula	0	113	63	0	3	0	220	0	2	401
	Pardo	Desc.	0	0	8	0	0	0	3116	0	0	3124
Pardo	Mestiça	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3	
Pardo	Parda	0	0	2	1	2	0	9701	2	0	9708	
Pardo	Preta	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4	
Pardo	S/I	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
Demais	Desc.	Africana	0	0	34	0	0	0	1	1	0	36
	Desc.	Branca	0	0	2	0	3	0	12	3	0	20
	Desc.	Cabra	0	27	13	0	0	0	6	0	0	46
	Desc.	Crioula	0	93	1226	0	13	0	590	0	0	1922
	Desc.	Desc.	0	1	27	0	0	0	0	0	0	28
	Desc.	Carijó	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Desc.	Mestiça	0	0	0	0	11	1	0	0	0	12
	Desc.	Mulata	0	0	0	0	0	67	0	0	0	67
	Desc.	Parda	0	0	25	0	3	0	3515	1	0	3544
	Desc.	Preta	0	0	66	0	0	0	4	7	0	77
	Desc.	S/I	0	0	5	0	0	0	0	0	0	5
	Preto	Cabra	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Preto	Crioula	0	3	116	0	0	0	2	1	1	123
	Preto	Desc.	0	0	33	0	0	0	0	2	0	35
	Preto	Mulata	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5
	Preto	Parda	0	0	3	0	0	0	2	0	0	5
	Preto	Preta	0	0	40	0	0	0	0	33	0	73
Preto	S/I	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
<b>Total (D)</b>			1	572	3288	4	76	282	18595	52	11	22929

Fontes: 1831-32 - APM, Listas Nominativas da Provincia de Minas Gerais, 1831-32.

Em se tratando dos filhos que envolveram ao menos um dos pais de origem africana, percebemos, do mesmo modo que na tabela anterior, a ínfima quantidade destes em relação a população de cor, totalizando tão-somente 182 indivíduos. Destes, 151 eram crioulos, o que representou 90% dos rebentos de africanos. Os demais se dividiram em cabras, 5; pardos, 4; e sem informação, 2. Notamos, então, que os filhos com no mínimo um dos pais africano eram, majoritariamente, crioulos.

Passando para a população de cor, os crioulos se constituíram como filhos de 52 tipos de uniões diferentes. No entanto, dos 3.288 casos compulsados, 1.284 (39%) eram proles de casais crioulos e 1.226 (37.3%) frutos de pais desconhecidos com mães crioulas. Ao acrescentar os 779 crioulos restantes, 479 tiveram relação direta com no mínimo uma filiação crioula. Desse modo, posso pensar que essa qualidade em Minas Gerais, já na primeira metade do oitocentos, era oriunda de uma linhagem crioula. Em outras palavras, a ancestralidade africana dos crioulos, em boa medida, não fazia parte da geração anterior a deles, mas parece que o grau de parentesco com africano era de 2 ou 3 gerações.

Os pais dos crioulos, pertencentes a outras *nações*/qualidades, foram: africano, branco, cabra, pardo, preto e, é claro, os sem informação e os desconhecidos. Desses, chamo atenção para dois casais de brancos que tiveram filhos crioulos. Isso foi devido, provavelmente, a algum erro de digitalização da documentação

O primeiro, residindo na Comarca de Paracatu, formado por Joaquim Francisco Guimarães e sua esposa, Elena Soares, tiveram três filhos: Maria, africana, e dois outros do sexo masculino, Justino e Joaquim. Todos os rebentos eram escravos. Acredito que esse seja um exemplo de problema na formatação da fonte, já que Joaquim Francisco

era o chefe do domicílio, não fazendo sentido ter os filhos ainda como escravos e de procedências e qualidades diferentes da sua própria.<sup>36</sup>

O segundo casal também teve o mesmo problema. Morando em Sabará, Francisco Joaquim Correia e Thereza Ferreira listaram dois filhos, Pedro e Miguel. O primeiro era branco e livre, o segundo, por sua vez, era crioulo e escravo.<sup>37</sup>

Por outro lado, pode ser também que os filhos listados como escravos estivessem de fato nessa condição social no momento em que os mapas populacionais foram confeccionados. Neste caso, a ideia de uma família em que os membros sempre estavam na mesma condição social não faz sentido para o estudo aqui engendrado.

Além disso, das uniões exogâmicas envolvendo crioulos resultaram 3.623 descendentes. Destes, 1.705 (47.1%) eram crioulos, sendo os demais, principalmente, pardos (1.413) e cabras (439). Dos pardos filhos de crioulos, 590 tiveram pais desconhecidos e mães crioulas na filiação; 808 da união entre pardos e crioulos; e somente 15 indivíduos advindos de outras conformações parentais. Entre as proles cabras dos crioulos, 202 tiveram pais pardos/crioulos com mães crioulas/pardas; 133 da junção entre cabras e crioulos; 93 de pais desconhecidos com mães crioulas; e 11 de uniões diferentes.

Esses dados podem mostrar que da associação de crioulos com pardos ou com cabras, dificilmente, os filhos eram crioulos. Na maior parte dos casos, sobretudo da conjunção com pardos, os rebentos eram pardos ou cabras. Por outro lado, dos 572 descendentes cabras, 439 se constituíam como uma linhagem direta dos crioulos. Assim, como na Tabela 7, isso pode evidenciar a ligação entre cabras e crioulos. Em suma, parece que os cabras eram descendentes de primeira geração dos crioulos.

---

<sup>36</sup> APM, Listas Nominativas da Província de Minas Gerais, 1831-32.

<sup>37</sup> APM, Listas Nominativas da Província de Minas Gerais, 1831-32.

Todavia, diferente do período entre 1795 e 1821 (Tabela 7), na década de 1830 os pardos participaram mais incisivamente da geração de cabras que estava se formando.

Considerando que os pardos tiveram a maior participação na população de cor mineira, entre 1831 e 1832, com 18.595, 9.701 eram filhos de pais pardos; 3.515 frutos de pais desconhecidos e mães pardas; 3.116 proles de pais pardos e mães desconhecidas; 590 tiveram progenitores masculinos desconhecidos com mulheres crioulas; 588 eram descendentes de pais crioulos e mães pardas; 472 com filiação de pais brancos e mães pardas; 299 eram progênes de pais com qualidades inversas da anterior; 220, cujos ancestrais diretos eram pais pardos e mães crioulas; e 94 com linhagens diferentes.

De todas as uniões exo ou endogâmicas em que os pardos estiveram envolvidos, 18.305 dos 18.595, tiveram proles pardas. Significando, que apenas 290 pardos não tiveram nenhum dos pais pardos em suas filiações. Acrescento ainda, que dos enlaces exogâmicos dos pardos, nasceram 8.597 rebentos, sendo que destes 8.223 eram pardos. Isso indica que dificilmente os filhos de pais ou mães ou os dois da qualidade parda não eram pardos. Em outras palavras, os pardos tinham em sua linha de parentesco de 1º grau pardos. Tanto em linha ascendente quanto na descendente.

Quando observo o envolvimento dessa qualidade com os brancos nas Tabelas 7 e 8, noto que houve a proliferação dessa união. Porém, das 772 proles dessa união, apenas 1 foi declarado como branco, asseverando que a prevalecência dessa qualidade como descendentes de filiação "mista" ocorreu tanto em relação às qualidades mais atreladas ao escravismo, quanto no que tange aos declaradamente livres.

Por outro lado, quando comparo as Tabelas 7 e 8, notei que a relação em que havia filhos de pardos com parceiros(as) desconhecidos aumentou, principalmente, de

pais pardos com mulheres desconhecidas (3.116). Isso pode demonstrar a relação dos pardos com pessoas ainda em cativeiro, o mais provável, ou o ocultamento das parceiras por algum motivo qualquer. Disse que a primeira hipótese ser a mais aceita, pois quando observamos as Tabelas 6 e 1, respectivamente, percebo que os pardos contraíram 226 matrimônios com pessoas desconhecidas e que esses possivelmente era cativos.

As proles dos indivíduos das demais qualidades, excetuando os pretos, seguiram as mesmas qualidades de um dos pais. Os progênitos mulatos somaram 282 pessoas, sendo que destas 275 tiveram um dos pais mulatos; os mestiços totalizaram 76. Destes, 51 eram filhos de mestiços, e os 25 restantes se dividiram entre pardos e crioulos; e os índios tiveram apenas 4 rebentos, com 3 filhos diretos mulatos e 1 de casal de pardos.

Com relação aos pretos, dos 52 encontrados 43 eram filhos diretos de pretos. Dos 9 que não tiveram pais pretos, chamou-me a atenção 2 pretos filhos de um casal de brancos e outros 2, que eram proles de pardos. Os pretos filhos de brancos tiveram suas condições sociais assinaladas como escravos.<sup>38</sup> Contudo, com relação ao casal de pardos as condições sociais dos filhos pretos encontradas foram de forros. Por isso, passarei para o estudo da próxima Tabela.

Na Tabela 9, inseri todos os "homens de cor", das diferentes condições sociais, divididos entre os anos de 1718-1738, 1795-1804 e 1831-32. Primeiramente, percebi que a quantidade de escravos, independente da qualidade e da *nação*, sempre foi superior às demais condições sociais. Entre 1718 e 1738, os cativos chegaram a 12.280, contra apenas 12 livres e um forro; para o período de 1795 e 1821, foram encontrados 23.848 escravos, 17.665 sem informação, 3.118 forros e 1.835 livres; e, entre 1831-1832, os mancípios somaram 134.859, os sem informação 118.435, os livres 31.034 e os forros 14.344. O que esses dados podem sugerir é que malgrado uma parte da literatura

---

<sup>38</sup> APM, Listas Nominativas da Província de Minas Gerais, 1831-32.

historiográfica aponte Minas Gerais como um dos baluartes dos forros da Colônia e do Império, a maior parte da população de cor estava em cativo.<sup>39</sup> Claro que, devo levar em consideração para esses dados, além do teor da documentação compulsada aqui, a grande quantidade de "homens de cor" sem informação quanto a condição social e os que mudavam socialmente de cor.<sup>40</sup>

**Tabela 9**  
Números absolutos da População de Cor, segundo seus Grupos de Procedência e condição social. Minas Gerais 1718-38, 1795-1821 e 1831-32.

Origens	1718-1738				1795-1821				1831-1832			
	S/I	L	E	F	S/I	L	E	F	S/I	L	E	F
Africano	0	3	10572	1	7061	70	16573	371	713	242	19919	360
Brasileiro	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cabra	0	0	8	0	302	69	633	107	2088	1035	2651	509
Carijó	0	0	198	0	9	2	1	0	112	57	0	2
Crioulo	0	0	518	0	1449	246	5066	1244	16591	4180	58340	4386
Mestiço	0	0	3	0	4	69	8	0	168	325	349	45
Mulato	0	0	137	0	3	0	32	2	16	146	147	346
Pardo	0	0	5	0	3130	1375	985	1107	92599	23223	11766	7350
Sub-total	0	0	880	0	4897	1761	6725	2460	111574	28966	73253	12638
Alhures	0	0	25	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Outras	0	9	741	0	5697	4	550	287	6148	1826	41685	1345
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>12218</b>	<b>1</b>	<b>17655</b>	<b>1835</b>	<b>23848</b>	<b>3118</b>	<b>118435</b>	<b>31034</b>	<b>134859</b>	<b>14344</b>

Fontes: 1718-1738 - APM, Col. Casa dos Contos, Listas dos quintos reais, Códices 1019, 1022, 1023, 1025, 1026, 1027, 1028, 1030, 1031, 1033, 1034, 1036, 1037, 1038, 1039 e 1068; 1795-1821 - AN Col. Casa dos Contos, 1804, IHGT - Rol de Confessados para São José del Rei (1795), e AEAM - Róis de Confessados para Mariana (1802, 1813, 1814 e 1821); 1831-32 - APM, Listas Nominativas da Provincia de Minas Gerais, 1831-32.

Os africanos estiveram mais ligados ao “mundo dos escravos” para os três períodos analisados, chegando a quase 100% entre 1718 e 1738; 68,84% para o período entre 1795 e 1821; e 93,91% início da década de 1830. Esses dados informam que a maior parte dos africanos estava na condição de escravo. No entanto, utilizando os números totais de cativos para os interregnos analisados, 12218 (1718-1738), 23848 (1795-1821) e 134859 (1831-1832), tem-se que os africanos significaram, respectivamente, 86,53%, 69,50% e 14,77%, indicando que as participações desse grupo entre os mancipios, em termos relativos, diminuiriam no decorrer do tempo.

<sup>39</sup> PAIVA. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais* e do mesmo autor: *Escravidão e Universo Cultural na Colônia*; KLEIN e PAIVA. *Libertos em uma economia escravista*; GONÇALVES. *As margens da liberdade*, entre outros.

<sup>40</sup> MATTOS. *Das Cores do Silêncio*, p.98-99 e FERREIRA. *Sociedade escravista e mudança de cor*, p.464-465.

Para explicar esse fato, lanço mão da hipótese que, apesar da forte conexão dos africanos com o escravismo, sua parcela na população diminuiu para os períodos em apreço em função do declínio do tráfico internacional de escravos ou, mais provável, do crescimento endógeno dos afro-brasileiros, sobretudo para os cativos, dos crioulos. Além disso, acredito que os africanos, principalmente após 1831, com o advento da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o Tráfico Internacional de Escravos, tenham sido fragmentados nos grupos de “sem informação” e “desconhecidos” ou, até mesmo, no de pretos.

No tange os crioulos, este grupo sofreu de fenômeno parecido com os africanos. Entre 1718 e 1738, dos 880 indivíduos de cor nascidos no Brasil, 518 (58,86%) eram crioulos. Todos listados como escravos.

Para o período seguinte, 1795-1821, dos 46.456 homens de cor analisados, quase 18% (8005) eram crioulos, sendo que entre todos os crioulos, 63,29% (5066) eram cativos, 18,1% (1449) foram classificados como “sem informação”, 15,54% (1244) eram forros e tão-somente 3,07% (246) foram categoricamente qualificados como livres.

Dentre todos os escravos listados para o período, 23.848, 21,24% (5066) eram cativos. Esse foi o segundo grupo em termos relativos e absolutos dos mancipios, ficando atrás somente dos africanos. Dos 17.655 denominados “sem informação”, apenas 8,21% (1449) eram crioulos. Com relação aos 3118 forros encontrados, quase 40% (1244) eram crioulos. Isso implica dizer que muitos dos crioulos alforriados permaneciam sob a condição de forro. Já entre os 1835 livres, apenas 13,41% (246) eram denominados crioulos. Ou seja, raros foram os crioulos nascidos sob a condição de livre.

Para o período posterior, 1831-1832, os crioulos significaram quase 28% (83.497) indivíduos de cor dos 298.672 encontrados. Números relativos em nada insignificantes. Destes crioulos, 69,87% (58.340) eram mancipios, 19,87% (16.591) eram “sem informação”, 5,25% (4386) foram listados como forros e apenas 5% como livres. Isso demonstra que a condição social atrelada à qualidade de crioulos era a cativa e que quando aquelas pessoas qualificadas de crioulas conseguiram a liberdade ou nasceram livres eram alocados na classificação de “sem informação”. Possivelmente, para escaparem da herança do cativo.

Percebendo que a maior parte de crioulos estava ligado à condição de escravo, parto do pressuposto que a qualidade crioula antes de indicar a pigmentação, indicava uma condição social: a cativa. Assim, dos 134.859 escravos listados entre 1831 e 1832, 43,26% (58.340) eram crioulos. Esse dado é importante, pois os crioulos dominaram essa condição e ao contrário do que aconteceu no período anterior, em que os escravos eram majoritariamente africanos, para a década de 1830 ocorre a crioulação da massa mancípa da população dos homens de cor em Minas Gerais, o que fortalece a minha hipótese da forte ligação entre os termos escravo e crioulo.

Assim como anteriormente, parece que os crioulos quando alcançavam a liberdade, não procuravam destacar a condição de forro. Desse modo, dos 118.435 pessoas listadas como “sem informação”, 14% (16.591) eram crioulos. Entre os 14.344 forros, 30,57% (4386) foram crioulos e dos 31034 livres, apenas e 13,47% (4180). Isso demonstra que dificilmente os crioulos conseguiam escapar da herança escravista.

Novamente, torno a ressaltar que a qualidade crioula estava intimamente ligada à condição de escravo e que quando o crioulo se tornava liberto, ainda sim, não conseguia se desvincular disso.

Em condições diametralmente oposta estavam os pardos. Pela Tabela 9, este grupo teve um significado tímido com apenas 0,04% (5) dos 12.218 indivíduos listados. Todos os pardos para o período estavam na condição de escravos. Apesar do pequeno número de pardos nas listas dos Quintos Reais para o período de 1718 e 1738, devo levar em consideração de que esse dado possa demonstrar. Como demonstrarei, mas já discuti, o termo pardo tinha ligações mais próximas com o “mundo dos livres” e, por isso, não aparecem nas Listas dos Quintos Reais, que sugerem ter listado apenas os cativos. Assim, dificilmente, apareceriam escravos sob a qualidade de pardo. Estes estariam nas condições de livres, forros ou, mais possivelmente, nos “sem informação”.

Assim, dos 6597 pardos que aparecem nos róis de confessados para São José del Rei e Mariana, 47,45% (3130) eram “sem informação”, 20,87% (1375) eram livres, 16,78% (1107) eram forros e apenas 14,93% eram cativos. De imediato posso afirmar que a relação entre os pardos com o “mundo dos escravos” era mínima. A maior parte ou era classificado como “sem informação”, na tentativa de fugir de alguma descendência ou herança escravista, ou como livre.

Quando comparo a participação desse grupo para cada tipo de condição social essa situação de distanciamento com o cativo fica ainda mais evidente. Assim, por exemplo, dos 1835 homens de cor livres encontrados, 74,93% (1375) eram pardos, significando que três em cada grupo de quatro homens de cor livres eram pardos. Uma média nada modesta. Além disso, dos 3118 forros e dos 17.655 “sem informação”, os pardos significaram, respectivamente, 35,5% (1107) e 17,73% (3130). Percentuais estes bem elevados.

Por último e o mais surpreendente é que dos 23.848 homens de cor listados como cativos, que foi a condição social a ter mais indivíduos da população de cor, os pardos tiveram um percentual de apenas 4,13% (985), novamente, fortalecendo a minha hipótese sobre a pequena participação dos pardos entre os escravos.

Para o período entre 1831 e 1832, dos 134.938 pardos, 68,63% (92.599), 17,21% (23.223), 8,71% (11.766) e 5,44% (7350) eram, respectivamente, “sem informação”, livres, escravos e forros. Estes dados fortalecem a idéia da estratégia dos pardos para escaparem do “mundo dos escravos” através do “ocultamento de sua condição”.

Estes dados chegam a números relativos ainda mais impressionantes quando comparo por condições sociais. Entre os 118.435 indivíduos de cor listados na condição de “sem informação”, havia 78,19% (92.599) de pardos. Para os 31.034 livres, o percentual de pardo foi de 74,83% (23.223). Dos 14.344 forros, 51,24% foram qualificados de pardos. E dos 134.859 mancipios, tão-somente 8,72% (11.766) eram pardos.

O que todos esses dados demonstram que a parcela da população de cor nascida em Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XIX, qualificada de crioula estava intimamente ligada em todos os períodos com a condição de escravo. Ao passo que a parda havia uma forte tentativa de ocultação da condição social ou, então, era listada como livre ou forro. Mas, dificilmente, como cativo.

Além disso, acredito que isso se deva não em função da pigmentação. Na verdade, essas qualidades eram auferidas em consonância à condição social e não o contrário. Assim, um homem de cor escravo tinha muito mais chance de ser classificado como crioulo e, por outro lado, um forro, um livre ou um “sem informação” poderia ser qualificado como pardo.

## Conclusão

No decorrer desse trabalho tentei demonstrar as transformações nos planteis escravistas mineiros durante os séculos XVIII e XIX. Em um primeiro momento, a massa cativa passa de um quase monopólio africano, em suas origens, para uma maioria afro-brasileira. Isso quer dizer que, possivelmente, ocorreu a criouliização dos mancípios em Minas Gerais.

O aumento populacional dos “homens de cor”, nascidos em Minas Gerais, entretanto, não significou que o tráfico internacional de escravos tenha terminado. Pelo contrário, em termos absolutos o número de africanos aumentou, porém, com participação menor entre os cativos.

Com relação aos afro-brasileiros que se encontravam em cativeiro, demonstrei que a qualidade crioula prevaleceu. Isso se deveu ao fato do crescimento demográfico e, outrossim, da possibilidade de se auferir o termo crioulo aos indivíduos nascidos na Colônia e no Império, que estavam na condição de mancípios.

Neste caso, crioulo funcionou como escravo afro-brasileiro. Por outro lado, os pardos estavam mais conectados ao “Mundo dos Livres”. Provavelmente, o termo fazia alusão aos homens de cor, nascidos no Brasil, na condição de forro ou mesmo livre.

Acrescento ainda, que o número das pessoas classificadas como “sem informação” teve aumento significativo entre os anos de 1718 e 1832. Isso se deve a possibilidade dos indivíduos de cor tentar apagar seus passados em cativeiro. Para tanto, tentavam excluir a marca da escravidão, obliterando os termos forros e libertos.

## Bibliografia

- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil: constituição de uma sociologia das interpretações de civilizações*. Trad. CAPELLATO, Maria Eloísa e KRÄHENBÜHL, Olívia. São Paulo: USP, 1971.
- BECKLES, Hilary McD. Female Enslavement in the Caribbean and Gender Ideologies. In: LOVEJOY, Paul E. (Ed). *Identity in the Shadow of Slavery*. Londres: Continuum, 2000. (The Black Atlantic). Cap.10. p.163-182.
- BERGAD, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. (CD ROM).
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Demografia e Família Escrava em Montes Claros no século XIX. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de e RODRIGUES, Luciene (Org). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.
- BOTELHO, Tarcísio R. Família escrava e reprodução natural em Catas Altas do Mato Dentro (MG), séculos XVIII e XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 135-166, 2004.
- CERCEAU NETTO, Rangel. Famílias Mestiças e as representações identitárias: Entre as maneiras de viver e as formas de pensar em Minas Gerais, no século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França, AMANTINO, Márcia e IVO, Isnara Pereira (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011. (Coleção Olhares). p.165-177.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: UNESP, 1998.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: População (1719-1826)*. São Paulo: IPE-USP, 1979. (Col. Ensaios Econômicos).
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850)*. Niterói: UFF, 2004. (Tese de Livre Docência).

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Roberto Guedes. "Estrutura de Posse e Demografia Escrava em Porto Feliz" (São Paulo, 1798-1843). NEHD, 2009.

FERREIRA, Roberto Guedes. Sociedade escravista e mudança de cor. Porto Feliz, São Paulo, século XIX. In: FRAGOSO, João Luis, FLORENTINO, Manolo, JUCÁ, Antônio Carlos e CAMPOS, Adriana (Orgs.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES; Lisboa: ICT, 2006. p.447-488.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FLORENTINO, Manolo e GOÉS, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Morfologia da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005.

FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José Roberto. Slavery Marriage and Kinship in Rural Rio de Janeiro, 1790-1830. In: LOVEJOY, Paul E. (Ed). *Identity in the Shadow of Slavery*. Londres: Continuum, 2000. (The Black Atlantic). Cap.9. p.137-162.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luís & FLORENTINO, Manolo. Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). *Estudos Econômicos*, Nº17 (2): 151-173, maio/agosto, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. 46 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: práticas de alforrias em Minas Gerais colonial e provincial*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Tese de Doutorado).

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

HEYWOOD, Linda M. and THORNTON, John K. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1600*. Cambridge: Cambridge University press, 2007.

KARASCH, Mary C. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

KLEIN, Herbert S. "Novas interpretações do tráfico de escravos Atlântico". *Revista de História*. Nº120 São Paulo jul.1989.

KLEIN, Herbert S. e PAIVA, Clotilde de Andrade. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 309-335, 1997.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragments Setecentistas: Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa*. Campinas: UNICAMP, 2004. (Tese de Livre-Docência).

LAW, Robin. *Ouidah: the social history of a West African slaving 'port', 1727-1892*. Ohio: Ohio University Press, 2004.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton César (Orgs). *Escravidão, mestiçagens, Populações e Identidades Culturais*. São Paulo: Annablume, 2010. p.41-62.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: brasiliense, 1988.

LOTT, Miriam Moura. *Na Forma do Ritual Romano: Casamento e Família em Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume, 2008.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Trad.: Regina A. R. Bhering e Luis Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: Escravos e Senhores: análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. Estrutura da Massa Escrava de algumas localidades mineiras (1804), *Revista do IEB*, São Paulo: IEB-USP, V.23, p.137-142. 1981.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FINE, Pioneira, 1982.

MANNING, Patrick. *Slavery and African Life: Occidental, Oriental and African slave trades*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. (African Studies Series; 67).

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brasil*. Vanderbilt: Vanderbilt University Press, 1980.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 143.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

METCALF, Alida C. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana do Parnaíba. In: COSTA, Iraci del Nero da (org.), *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, FIEP/USP.v. 17,n.2,p. 151-173, 1987.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. (Tese de doutoramento).

PAIVA, Clotilde Andrade e LIBBY, Douglas Cole. Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no Século XIX. In: *Revista Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, V.25, n.2, p.203-233, maio/ago. 1995.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais. 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através de testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PINTO, Fábio Carlos Vieira. *Família Escrava em São José Del Rei: Aspectos Demográficos e Identitários (1830-1850)*. São João Del Rei: UFSJ, 2010 (Dissertação de Mestrado).

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. Florida: University of Florida, 1972.

REZENDE, Rodrigo Castro. *Crioulos e crioulizações em Minas Gerais: Designações de cor e etnicidades nas Minas sete e oitocentista*. Niterói: UFF, 2013. (Tese de Doutorado).

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

SLENES, Robert W. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no Brasil Sudeste – Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: mar, 2002. p.59-83. Nº4.

THORNTON, John Kelly. *Africa and Africans in the making of the Atlantic World, 1400-1800*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador: séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.